

Previsão

Revista do Sindprevs/SC | ANO 11 | Nº 8 . Dezembro de 2014

A terra a quem lhe pertence

Direitos indígenas e a demarcação de terras no Brasil são ameaçados constantemente pela ganância do capital





GESTÃO RENOVAR, UNIR E AVANÇAR (2014 - 2017)

Luciano Wolffenbüttel Vêras

Coordenação Geral

Clarice Ana Pozzo

Diretora da Secretaria-Geral

Rosemary da Silva Neves Destefanis

Diretora da Secretaria-Geral

Rosi Massignani

Diretora do Depto. Administrativo e Financeiro

Marialva Ribeiro Chies de Moraes

Diretora do Depto. Administrativo e Financeiro

Giulio Césare da Silva Tártaro

Diretor do Depto. de Política e Organização de Base

Guilherme Azevedo

Diretor do Depto. de Política e Organização de Base

Fernando Domingos da Silveira

Diretor do Depto. de Formação Sindical e Estudos Sócio-Econômicos

Vanderléa Regina de Jesus Ramos

Diretora do Depto. de Formação Sindical e Estudos Sócio-Econômicos

Maria Goreti dos Santos

Diretora do Depto. de Comunicação

Maria Lúcia Bittencourt da Silva

Diretora do Depto. de Comunicação

Roberto Machado de Oliveira

Diretor do Depto. Jurídico

Rosemeri Nagela de Jesus

Diretora do Depto. Jurídico

Célia Momm

Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas

Eni Marcos de Medeiros

Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas

Sílvia Mara Mayer Teixeira Furtado

Diretora do Depto. de Política de Seguridade e Saúde do Trabalhador

Jane da Rosa Defrein Lindner

Diretora do Depto. de Política de Seguridade e Saúde do Trabalhador

Marco Carlos Kohls

Diretor do Depto. Sócio-Cultural e Esportivo

Maria Helena Pedrini Walter

Diretora do Depto. Sócio-Cultural e Esportivo

Viviane de Carvalho Fogaça

Diretora do Depto. de Relações Intersindicais e Relações de Trabalho

Ana Maria Pereira Vieira

Diretora do Depto. de Relações Intersindicais e Relações de Trabalho

Editorial

“O homem é um animal político”. A frase do filósofo grego Aristóteles reforça a importância da política para nós que vivemos em sociedade. É ela que determina como nos organizamos, diante de objetivos traçados na própria vida coletiva. Portanto, é no exercício da política que decisões são tomadas, interferindo diretamente em nosso cotidiano.

No Brasil, a principal forma de participação política ainda é através do voto. No entanto, em 2014, mais de 20% da população não foi às urnas. No que diz respeito a agremiação partidária, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), são 15,3 milhões de brasileiros filiados a partidos políticos.

É importante ressaltar que há outras formas de atuação política, como a participação em conselhos consultivos, entidades sindicais e organizações dos movimentos sociais. De qualquer forma, é possível afirmar que ainda é pequeno o engajamento dos brasileiros em torno dessas organizações.

Outra questão importante a se considerar quando falamos em baixa participação política, tem a ver com a descrença nas instituições democráticas e na orga-

nização de representação. Esse quadro se amplia com a ideia de que a política é um lugar de gente corrupta em defesa de interesses individuais. Embora isso ocorra e seja um mal a ser combatido, não podemos generalizar. Esse pensamento nos afasta dos espaços de discussão e do exercício cidadão da política, afinal, quanto menos gente envolvida na vida pública, menos força nós teremos para realizar transformações em nossa sociedade.

Para além do voto, a participação consciente em entidades é uma forma de atuar em defesa de nossos direitos. Participar da vida sindical é um exemplo desse envolvimento político necessário à coletividade. A organização da classe trabalhadora é essencial para a reivindicação de direitos não somente de determinada categoria, mas para reunirmos forças e interferirmos decisivamente nos rumos da nossa própria vida. Por isso, a principal forma de participar da política com consciência é fortalecendo os espaços coletivos, para que seja possível a construção de um mundo mais justo e igualitário.

Redes sociais

Twitter: @sindprevs

Facebook: Sindprevs Santa Catarina

www.sindprevs-sc.org.br

Fale com o Sindicato

Rua: Angelo La Porta, 85, Centro
88020-600 - Florianópolis - SC

Fone/Fax: (48) 3224-7899

Atendimento externo: das 9h às 18h

Atendimento Jurídico: segunda, terça, quinta e sexta-feira das 9h às 18h

Plantão advogados: segundas e terças, das 9h às 12h e das 13h às 18h

E-mail: sindprevs@sindprevs-sc.org.br

E-mail jurídico: juridico@sindprevs-sc.org.br

Expediente

Previsão é a revista do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Federal no Estado de Santa Catarina.

Edição, textos, editoração e fotos: Rosângela Bion de Assis (Mtb 00390/SC JP); Marcela Cornelli (Mtb 00921/SC JP) e Clarissa Peixoto (Mtb 0003609/SC JP)

Projeto gráfico: Cristiane Cardoso

Ilustrações e logotipo: Frank Maia

Capa: Frank Maia

Tiragem: 6.000 exemplares

Sumário

08 Resgate da cultura negra, debate e homenagem no dia 20 de novembro

Atividades culturais e políticas marcaram o Dia da Consciência Negra.



10 Sem igualdade de gênero não há sociedade justa

Dia 26 de novembro, debate sobre Diversidade e Gênero no Mundo do Trabalho trouxe à tona a problemática do machismo no meio sindical.



12 Do HF à Anvisa: uma trajetória com legado

Janildo Cordeiro conta sua história, que começou no Hospital Florianópolis e continua na Anvisa.

A terra a quem lhe pertence

“Em Santa Catarina, a presença Guarani foi registrada pelos primeiros viajantes que aqui aportaram como Gonneville (1504) e Aleixo Garcia (1515). Esses viajantes sobreviveram graças à generosidade dos Guarani, conhecidos aqui como Carijó, que os hospedavam, forneciam alimentos, guias e mão de obra para suas expedições terrestres”, relata o estudo *Demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos – Cronologia dos acontecimentos relevantes*, de março/2014.

Apesar disso, a presença e a cultura indígena são consideradas um “atraso” para a economia de Santa Catarina. Matérias totalmente parciais referem-se assim à comunidade Guarani de Morro dos Cavalos, em Palhoça, na Grande Florianópolis e tentam desqualificar este povo e seu direito de ter sua terra reconhecida no Sul do país.

A última ameaça veio com a PEC 215/2000 e seu substituto, que podem inviabilizar a demarcação de terras indígenas no Brasil.

06





14 Quando o trabalhador não é sobressalente

Artigo da assessora do Sindprevs/SC fala do impacto das condições e da organização do trabalho sobre o psiquismo do trabalhador.

16 Curtas | Jurídico | Geap

Plenária Sindical de Base debateu a conjuntura nacional e seus desafios para os servidores.



18 Última Página

Assembleia Estadual Geral e Plenária Sindical de Base encerram o ano.

Agenda

Dezembro

13 | Abertura da Temporada 2014/2015 no Complexo Esportivo e de Lazer Ademir Rosa, em Ponta das Canas, Florianópolis

22 | Início do recesso de fim de ano no Sindprevs/SC

05 | Retorno ao expediente normal do Sindprevs/SC

15 a 17 | Formação e Planejamento Estratégico da Diretoria Executiva Colegiada do Sindprev/SC, em Florianópolis

Janeiro

02 | Fim do recesso de fim de ano no Sindprevs/SC

Março

15 | Fim da Temporada 2014/2015 no Complexo Esportivo e de Lazer Ademir Rosa, em Ponta das Canas, Florianópolis



A terra a quem lhe pertence

por **Marcela Cornelli**

jornalista do Sindprevs/SC

imprensa2@sindprevs-sc.org.br



Eunice, cacica do Morro dos Cavalos

ave noke pariki
yove mai matoke
koin mai matoke
shokoivoti

assim sempre fomos
na colina terra-espírito
na colina da terra-névoa
há tempos moramos

Canto de um xamã marubo,
Armando Cherõpapa*



Em Santa Catarina, a presença e a cultura indígena são consideradas um “atraso” para a economia do Estado. Assim mostrou a reportagem

Terra Contestada do jornal Diário Catarinense, publicada entre os dias 7 e 11 de agosto de 2014. A reportagem, totalmente parcial, refere-se à comunidade Guarani de Morro dos Cavalos, em Palhoça, na Grande Florianópolis. O jornal ouviu a Federação das Indústrias de Santa Catarina, ouviu um único indígena afastado da comunidade por motivos diversos entre eles a venda de terra em troca de uma cesta básica (1), ouviu um antropólogo, contratado pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma) que não mais compõe a Associação Brasileira de Antropologia desde 11 de janeiro de 2013, quando foi expulso devido a sua postura não compatível com a ética profissional por essa Associação(2), no entanto, não ouviu a principal voz, a dos indígenas que moram na região e sofrem as consequências do desenvolvimento capitalista local. A reportagem chegou a ser indicada ao *Prêmio Esso* de Jornalismo, mas, felizmente, não venceu.

“Em Santa Catarina, a presença

Guarani foi registrada pelos primeiros viajantes que aqui aportaram como Gonneville (1504) e Aleixo Garcia (1515), Esses viajantes sobreviveram graças à generosidade dos Guarani, conhecidos aqui como Carijó, que os hospedavam, forneciam alimentos, guias e mão de obra para suas expedições terrestres”. (...) “A presença Guarani no Morro dos Cavalos vem de longa data. Alguns Guarani mais velhos recordam que quando Getúlio Vargas era governo residiram em aldeias na região do Morro dos Cavalos. Um momento de muita tensão ocorreu na década de 1960, durante a construção da rodovia BR 101, que cortou suas áreas de uso.”, relata o estudo Demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos – Cronologia dos acontecimentos relevantes, de março de 2014. (3)

Hoje a aldeia do Morro dos Cavalos é atingida com a construção de uma quarta faixa na BR 101, que seria uma alternativa ao projeto da criação de dois túneis no local. “Do ponto de vista ambiental os dois túneis é a alternativa que menos impacta porque diminui o risco de acidentes e o consumo excessivo de combustíveis em região de mata. Para a nossa comunidade, os túneis significam mais sossego, menos barulho e poluição. Estamos pedindo apenas que a presidenta Dilma homologue a terra indígena antes da construção dos túneis, que terão que passar sob nossas casas. Caso contrário corremos o risco de sofrer acidentes por conta da obra. Com a homologação, poderemos ocupar outros espaços dentro dos 1.988 hectares e deixar o DNIT trabalhar com tranquilidade na obra.”, defende a cacica Eunice Antunes, em documento divulgado no blog *CampanhaGuarani.org*.

“A quarta faixa vai passar a vinte metros da escola da comunidade”,

diz a cacica. Eunice em Guarani é Kerexu Yxapyry, que significa a força do fogo em uma gota do orvalho, ou nas palavras da cacica: “mãe do orvalho ... o momento em que você observa o orvalho e que, mesmo de muito longe, você vê ele, mais ou menos isso significa meu nome”. Mulher guerreira, decidida e doce ao mesmo tempo, preocupa-se com o futuro da aldeia Guarani e das 33 famílias que vivem ali. Eunice também lembra das lutas dos indígenas por todo o país que são ameaçados, mortos e criminalizados por fazendeiros, pelo agronegócio e governos. “Preocupa o resultado destas eleições com os deputados eleitos sendo contra a luta indígena”.

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) também emitiu uma nota contestando a reportagem do Diário Catarinense: “o Diário Catarinense embasa o descrédito aos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Morro dos Cavalos em um suposto laudo produzido por Edward Luz, que estaria protocolado no processo que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). Da mesma maneira, o Diário Catarinense concede amplo espaço a Edward Luz para que ele destile uma série de acusações levianas contra o CTI, contra a antropóloga Maria Inês Ladeira (antropóloga que fez o laudo para a demarcação da TI), contra a Funai, e contra quaisquer órgãos ou pessoas que trabalhem pela garantia dos direitos constitucionais dos povos indígenas. Cumpre apontar que não consta dos autos da Ação Cível Originária que tramita no STF qualquer laudo, relatório, nota técnica, ou manifestação do dito antropólogo, e, portanto, não podemos tomar conhecimento dos seus argumentos ou sequer confirmar se o referido laudo de fato existe”, diz a nota do CTI.

O laudo de Edward Luz embasa uma ação que questiona a demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos e tramita no STF. “Se houver justiça vamos ganhar esta ação”, diz Eunice. Em 2008, a terra foi reconhecida como TI, em 2010 foi de-

marcada e agora aguarda a homologação pela Presidente da República.

“No estado de Santa Catarina o percentual de terra indígena é 0,4% do território. Uma população indígena que não tem área para viver, as áreas são muito pequenas, as áreas Guarani são de 100, 150 hectares. É plenamente justificável a demarcação dos quase 2 mil hectares. (...) Não estão demarcando somente para o momento, mas para o futuro”, defende o Coordenador Regional da

Indígenas repudiam a indicação da ruralista Katia Abreu para a Agricultura

Funai, João Maurício. “O que essa reportagem busca fazer quando ela diz índios do Paraguai. Ela está tentando desqualificar este povo e seu direito de ter uma terra sua reconhecida no Sul do Brasil. (...) Parece que além de tentar destituir o Morro dos Cavalos como uma terra indígena ainda carregam de uma maldade contra esse povo. É um jornal que parece não querer ver índio vivo”.(4)

Os ataques não são isolados

A PEC 215/2000 e seu substituto, que tramitam no Congresso, caso aprovados (até o fechamento desta edição não tinham sido votados), inviabilizarão a demarcação de terras indígenas no Brasil. A PEC 215 transfere a competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso. A proposta possibilita a revisão das terras já demarcadas. O substitutivo mantém a demarcação das terras indígenas pelo legislativo, porém por meio de projeto de lei de iniciativa privativa do presidente da República, e não por decreto, como é feito atualmente, com base na Constituição.

Também tramita o PLC que regulamenta o artigo 231 da Constituição Federal, assinado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), ex-líder do governo no Senado. De acordo

com a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), este PLC teria sido elaborado pelo advogado-geral da União (AGU), Luís Inácio Adams. Segundo o Conselho Indígena Missionário (CIMI), a proposta classifica propriedades rurais como “área de relevante interesse público da União”. Como consequência, o projeto estabelece que essas áreas poderão ser excluídas da delimitação das terras indígenas se seus títulos de ocupação forem “considerados válidos” ou poderão ser objeto de desapropriação ou de compensação com outra área ofertada pela União. Dessa forma, o projeto transforma interesses privados em “de relevante interesse público da União”. Já no STF volta à pauta a discussão da ADI 3239, interposta com a finalidade de que se declare a inconstitucionalidade do Decreto Federal 4887/03, que demarca as terras quilombolas.

Indígenas mobilizaram-se nos dias 2 e 3 de dezembro no Congresso Nacional. Eles cobraram a retomada das demarcações das terras indígenas pelo governo - o que menos tem demarcado terras desde a ditadura militar, manifestando também repúdio à indicação da senadora ruralista Kátia Abreu (PMDB/TO) para o Ministério da Agricultura.

“Como somos sempre minoria, ficamos para trás. A luta pela nossa sobrevivência dependerá da união de todos, quilombolas, Amarildos (citando a luta da Comuna Amarelado em Florianópolis) e indígenas. Já recebi muitas ameaças, contra meus filhos, mas nunca desisti da luta”, finaliza Eunice.

*Fonte: Tradução de Pedro Cesarino. Povos Indígenas no Brasil: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/modos-de-vida/as-poeticas-indigenas>

Nota 1, 2 – Fonte: Moção da Associação Brasileira de Antropologia Comissão de Assuntos Indígenas

Nota 3 – Fonte: file:///C:/Users/usuario/Downloads/Cronologia_TI_Morro_dos_Cavalos-Marco_2013.pdf

Nota 4 – Documentário Morro dos Cavalos - Terra Indígena, de Madalena Giostri. 

Resgate da cultura negra, debate e homenagem no dia 20

por **Marcela Cornelli**

jornalista do Sindprevs/SC

imprensa2@sindprevs-sc.org.br

Para marcar o Dia Nacional da Consciência Negra, entidades sindicais realizaram no dia 20 de novembro, diversas atividades culturais e políticas em Florianópolis.

Pela manhã, foram realizadas atividades em frente à Catedral Metropolitana, no Centro da Capital, com apresentação de grupos de dança e hip-hop. Também foram distribuídas cartilhas sobre a anemia falciforme, alertando para as especificidades da saúde da população negra.

À noite, movimentos sindicais e sociais e estudantes se reuniram para participar do debate “O Negro na telenovela brasileira”, com o professor do Departamento de Estudos Sociais da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ivo Pereira de Queiroz, também militante do Movimento Negro Unificado (MNU).

A ideia de colonialidade

“São 400 anos de racismo e dominação e de des-



Professor Ivo Pereira de Queiroz

prezo às culturas e saberes da população negra. O primeiro trabalhador do Brasil foi o negro. 12 milhões de vidas foram gastas para construir o Brasil e agora reclamam que

o garoto negro quer uma cadeira na universidade”, disse o professor Ivo Pereira de Queiroz. “A ‘colonialidade’ ficou”, defende o professor, referindo-se à dominação de ideias e preconceitos que permanecem até

hoje desde a época do colonialismo.

“As pessoas morrem, mas as ideias permanecem nas mentes, corações e nas instituições”.

“Na TV as mulheres são transformadas em coisas.”

“Eles já fizeram o contrato com e para quem vão governar”

Na opinião do professor, “hoje vivemos em uma sociedade de aparências e quem produz fica do lado de fora. É uma sociedade do consu-

mo e da alienação. Os valores e tradições são regulados pela colonialidade. No governo não é diferente. Os governantes eleitos foram financiados pelas mesmas empresas. Eles já fizeram o contrato com e para quem vão governar”.

O negro e as mulheres na TV

“Na TV as mulheres são transformadas em coisas. Há racismo e inferiorização da gente negra. A mulher negra sofre ainda mais. Há o estereótipo de que a mulher branca é para casar e para cozinhar e a mulata para fornicar”, diz o professor. “Por isso, a lei que deu mais direitos às empregadas domésticas foi tão combatida. A colonialidade está no imaginário como se fosse um vírus. No desenho animado, por exemplo, a cor do mal é sempre escura”.

O professor citou o exemplo de vários atores negros que tiveram papéis na TV associados ao consumo do álcool, sem dentes e engraçados e/ou mal tinham falas no seu papel, na maioria das vezes re-

tratados como empregadas domésticas, motoristas e/ou seguranças da elite branca. Para o professor, houve algumas mudanças, isso graças à pressão dos movimentos negros, porém ainda estamos muito aquém do necessário. “Até discutem a maior participação de negros nas novelas, por exemplo, mas não discutem o conteúdo”. As TVs visam o consumo e não avançam em determinadas questões para não desagradar o público e consequentemente seus patrocinadores. “Dependendo do que o público pensa, eles mudam o enredo”, observou Queiroz.

O monopólio das comunicações

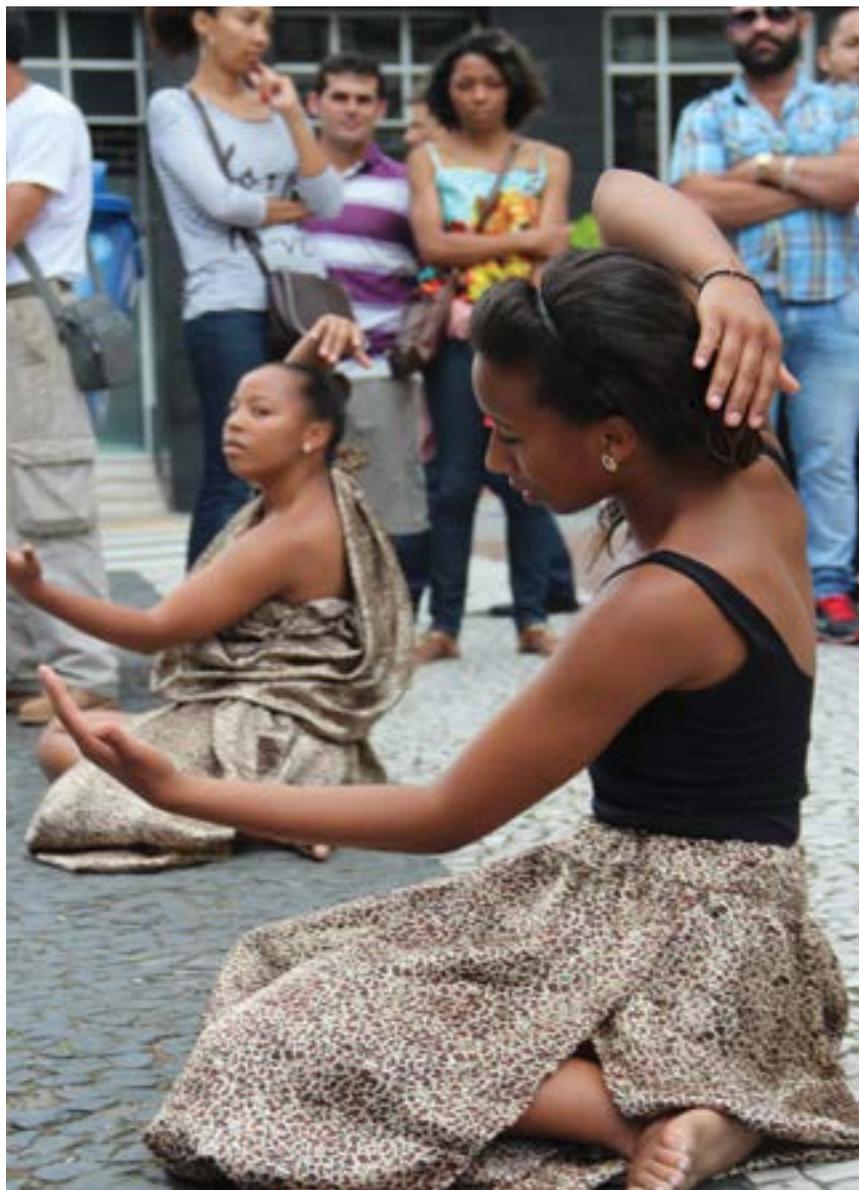
“O monopólio das TVs é tão naturalizado. Não se pode ser inocente, tudo tem um propósito, uma intencionalidade. Desmistificar o consumo das ideias é sadio. Precisamos aprender a ficar resistentes ao que os meios de comunicação nos mostram como verdades”.

O papel dos sindicatos

“A injustiça social só desaparecerá quando vencermos a injustiça entre as classes”, enfatizou o professor. Para ele, dentro desta perspectiva o papel do sindicato é fundamental na discussão com os trabalhadores e as pautas sindicais devem avançar para além das discussões das categorias. Se isso não for feito, não haverá mudanças.

Homenagem ao Diretor da Fenasps pelo movimento negro catarinense

Ao final do debate foi feita menção e homenagem, pelo movimento negro de Santa Catarina e por todos os presentes, ao militante do movimento negro do Rio



Atividade cultural no Dia da Consciência Negra em Florianópolis

de Janeiro, Manoel Crispim Clemente Flores, servidor do INSS e ex-dirigente da Fenasps, do Sindsprev/RJ e da coordenação nacional da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), que faleceu no dia 5 de novembro, vítima de um acidente de carro. Crispim dedicou sua vida à luta dos trabalhadores da Seguridade Social, ao combate à discriminação racial e à construção de uma sociedade com justiça social.

Participaram da organização dos eventos no dia 20 de novembro em Florianópolis as seguintes entidades: Sindes, Sindprevs/SC, Sinte, Sinergia, Sintrasem, Sintrafesc e o Movimento Negro Unificado (MNU). 🗓️

Sem igualdade de gênero não há sociedade justa

por **Marcela Cornelli**
jornalista do Sindprevs/SC
imprensa2@sindprevs-sc.org.br

“O pensamento patriarcal alimenta-se dos preconceitos, realiza-se na opressão cultural e concretiza-se no silêncio, na submissão e na dominação das mulheres”

Em uma parceria entre o Sindes e o Grupo Acontece Arte e Política LGBT foi realizado no dia 26 de novembro, em Florianópolis, o debate Diversidade e Gênero no Mundo do Trabalho. O evento contou com o apoio do Sindprevs/SC, Sinte e Sinergia e trouxe como palestrantes Clair Castilhos, da Secretaria Executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, e Heliana Hemetério, do Candance (Coletivo de Mulheres Negras) e Diretora de Direitos Humanos ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

O debate fez parte das atividades dos 16 dias de ativismo de combate à violência contra as mulheres e lembrou o Dia Internacional de Luta pelo Fim da Violência contra as Mulheres - dia 25 de novembro.

A palestrante Clair Castilhos fez um resgate histórico da luta das mulheres por direitos no Brasil e no mundo. Lembrou que foi na Constituição de 88 que a igualdade entre homens e mulheres foi posta como direito fundamental. Porém, ela lembrou que hoje ainda há muitos desafios a ser vencidos como a busca da equidade de direitos, a luta pela inclusão de mulheres lésbicas, jovens, prostitutas, negras, agricultoras, parteiras tradicionais, indígenas entre outras, a luta pela descriminalização do aborto, pela

implementação efetiva da lei Maria da Penha, a produção da pobreza e o acesso ao trabalho, a ampliação de direitos previdenciários, etc.

“O pensamento patriarcal alimenta-se dos preconceitos, realiza-se na opressão cultural e concretiza-se no silêncio, na submissão e na dominação das mulheres”, disse Clair.

Dupla Jornada

A palestrante apresentou dados que mostram que 94% das mulheres entre 25 a 49 anos se ocupam do trabalho doméstico, além do emprego. Cerca de 83% das meninas, entre 10 a 17 anos de idade, realizam tais afazeres, enquanto que, entre os meninos, nesta mesma faixa etária a proporção é de 47,4%.

“Mesmo com ensino superior completo – ou formação profissional – as mulheres não atingem os mesmos ganhos dos homens na mesma condição, apenas é reduzida a desigualdade”.

Já no campo, a situação ainda é pior. “A agricultora é uma mera empregada sem salário. Todas as mulheres têm jornada dupla, mas a rural levanta cedo, tira o leite das vacas, prepara o café, vai pra roça, cuida dos filhos, faz almoço, prepara o café da tarde. O homem até pára um pouco porque não precisa lavar louça e preparar o café da tarde. Isso é a mulher que faz”, explicitou Clair.

Mulher e negra

“Ainda há a discriminação maior no caso da mulher ser negra. As mulheres negras são discriminadas entre os homens e entre as mulheres brancas. Em qualquer situação olham para as mulheres negras perguntando o que elas estão fazendo aí”.

Violência

Para finalizar, Clair citou a fala do Juiz Edilson Rodrigues (MG) que considerou inconstitucional a Lei Maria da Penha, contra a violência doméstica, e afirmou que o mundo é masculino, Deus é homem, Jesus foi homem e a mulher é a origem de toda a desgraça humana.

A mulher negra na TV

Heliana Hemetério, do Candance e Diretora de Direitos Humanos ABGLT, falou um pouco sobre a mulher negra e como ela é vista culturalmente. Ela citou personagens da literatura brasileira, a exemplo de Gabriela de Jorge Amado, onde a sensualidade era o ponto mais marcante das personagens. No imaginário cria-se a cultura de que “a mulher negra tem o papel de lavar, cozinhar e transar”, disse Heliana. “As mulheres negras ajudaram a construir este país e estão hoje na base da pirâmide social. Quanto mais a pele for negra, mais cai na pirâmide. Ser branco é um privilégio em uma sociedade racista”.

“Quando uma mulher negra liga a TV, ela vê uma mulher de cabelos lisos e esvoaçantes e o homem parando para olhá-la. A mensagem que fica é que para a mulher o problema da solidão é a falta da chapinha. E que os cabelos alisados

resolvem a vida social da pessoa”, citou Heliana, como exemplo dos estereótipos passados pela TV brasileira.

Questão cultural

“A criança não nasce racista. É transformada pelos valores que



Por ordem, Heliana Hemetério, Clair Castilhos e Guilhermina C. Salasário Ayres

adquire na escola e na família. Culturalmente, as crianças já são ensinadas a ter medo do boi da cara preta. Os sistema já é constituído para implementar o racismo. A mulher negra está cuidando dos

filhos das brancas para que ela, inclusive, seja militante feminista”, enfatizou Heliana.

Machismo

“Os homens negros também oprimem as mulheres negras. A legitimidade da sociedade está no branco. Nossa autonomia de mulher negra é subalternizada. No mercado de trabalho, a mulher negra, todos os dias, tem que afirmar que é tão boa quanto a mulher branca. Não te promover, uma, duas, três vezes, mas quando chegar à gerência, bom aí já é demais promover uma mulher negra à gerência”, disse Heliana.

Heliana também citou o preconceito que sofrem as mulheres lésbicas e os gays nos locais de trabalho. “É preciso construir no cotidiano, no lugar de trabalho, uma política mais solidária. Este sistema é racista, machista e homofóbico. É preciso trabalhar nossa lesbofobia, nosso racismo, nosso machismo, para construirmos ambientes melhores”, finalizou.

Ao final do debate os participantes aprovaram as seguintes propostas para que este tema não seja esquecido no meio sindical:

- Levar e ampliar o debate para as bases dos sindicatos, para as trabalhadoras e trabalhadores;
- Fazer debates sobre as trabalhadoras lesionadas;
- Debater a mulher e a maternidade no mundo do trabalho - preconceito e machismo;
- Debater o assédio moral e sexual;
- Criar e/ou fortalecer núcleos de gênero e raça nos sindicatos; e
- Fazer o enfrentamento ao machismo e ao sexismo no meio sindical. 🙏

Do HF à Anvisa: uma trajetória com legado

por Rosangela Bion de Assis
jornalista do Sindprevs/SC
imprensa@sindprevs-sc.org.br



Acima, nos primeiros anos no Hospital Florianópolis. Abaixo com Cleuza, companheira de todos os momentos.



Nos primeiros anos da década de 80, Florianópolis ainda era uma ilha tranquila. A população não sentia insegurança e a mobilidade era garantida por ônibus, alguns bem antigos, que circulavam sem precisar de viadutos. Foi nessa cidade que o recém inaugurado Hospital Florianópolis (HF) recebeu os jovens servidores do Ministério da Saúde, cheios de esperança e ansiosos por começar a vida profissional. Um deles era Janildo

“Tudo era pensado coletivamente, tudo era novo, mas não tínhamos medo!”

Cordeiro. Em 1983, seguindo os passos do pai, que era chefe da manutenção do hospital, ele começou sua carreira no Serviço Público pela lavanderia. Os 12 meses no Exército tinham sido suficientes para mostrar o

que ele não queria fazer.

Tudo era novidade para o jovem de 20 anos que tinha mais dez irmãos e morava na Agrônoma, inclusive a necessidade de realizar greve já no primeiro ano de trabalho. Sentindo a repressão da polícia, presenciando o nascimento do Sindicato, ele entendeu o que lhe tinha acontecido alguns anos antes, numa tarde quente de novembro, enquanto caminhava com um colega no centro de Florianópolis. Havia muita gente nas proximidades da Praça XV e a polícia montada em cavalos avançava sobre o povo, provocando correrias para todos os lados. Para escapar dos policiais, eles esconderam-se dentro do cine São José. Janildo não sabia naquele momento que toda aquela repressão dos

policias militares tentava abafar a Novembrada, o movimento popular e estudantil realizado em Florianópolis em 1979 que estimulou a mobilização nacional contra o fim do regime militar.

Amigos para sempre

Janildo lembra que até o diretor geral do HF, Dr. Cyro Soncini, participava das paralisações e que, entre os servidores, não havia divisão. “Tudo era pensado coletivamente, tudo era novo, mas não tínhamos medo!”. Desses tempos e dessas mobilizações surgiram as amizades que lhe acompanhariam por toda vida. Amigos e amigas para todas as horas.

Em 1997, Janildo pediu transferência para o antigo Escritório de Representação (Eresc) do Ministério da Saúde. Neste mesmo ano, veio a reestruturação do Ministério da Saúde e o Eresc passou a ser um Núcleo Estadual e iriam sobrar trabalhadores. Todos da administração foram convidados a exercer suas atividades na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que começava a se estruturar. No mesmo dia em que recebeu o convite, pegou sua mesa e computador e passou a trabalhar no 6º andar, começando suas atividades pelo almoxarifado. Todo o pessoal da administração foi e passou a organizar a primeira unidade gestora da Anvisa no país, no fim de 1998. Em 2001, essa equipe passou 28 dias, na Universidade de Brasília, repassando os conhecimentos e as experiências de Santa Catarina e recebendo as diretrizes nacionais. Foram anos intensos, mas os servidores sentiam-se recompensados pela valorização salarial e pelas condições de trabalho.



Alguém para passar o bastão

Quando chegaram os servidores novos, a partir de 1994, com salários maiores que o pessoal antigo, do PEC (Plano Especial de Cargos), foram necessárias algumas greves e muita mobilização para que os trabalhadores que construíram a Anvisa não fossem esquecidos. Janildo participou de quase todas as paralisações e alerta os novos servidores: “não há vida fácil! Passados mais de 30 anos no serviço público, vejo que nunca veio nada do governo sem greve.”

Hoje, Janildo planeja sua aposentadoria para 2017 ou 2018. Ele quer resgatar um pouco do sossego que viveu na juventude ao lado da esposa, Cleuza. Caminhando e

correndo para manter a saúde, ele espera estar com os filhos, Gabriel e Manoela, encaminhados profissionalmente. “Estou contando os dias e juntando os cacos, mas não vou me prender a perda salarial. Não vou vender a possibilidade de usufruir do meu direito. Não vai acontecer comigo o que aconteceu com meu pai, que já estava doente quando se aposentou”. No seu setor, onde é responsável pelas licitações, com mais dois colegas, exercendo a função de pregoeiro, ele não vislumbra a possibilidade de repassar o domínio adquirido. Não houve renovação no quadro administrativo da Anvisa e não há “novos servidores” para aprenderem. “Quando eu sair vou desligar o HD, fazer uma limpeza, e não vai existir *backup*.” 🗑️



Quando o trabalhador não é sobressalente

Elisa Ferreira

Psicóloga, Assessora e Consultora em Saúde do Trabalhador do Sindprevs/SC

lis.elisa@hotmail.com

Quero nesse texto não apenas lamentar o sofrimento produzido pelo trabalho, a precariedade nos postos de trabalho, a dificuldade nas relações entre colegas, muito provavelmente produzida pela má organização do trabalho, mas desejo firmemente que sejamos capazes de refletir sobre esse momento e que juntos possamos construir estratégias realmente produtoras de bem-estar no trabalho.

Início nossa conversa partindo de um fato que tem sido cada vez mais comum entre os trabalhadores, que ao falar do seu trabalho, ao narrar sua rotina e os episódios em suas relações de trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras chorem compulsivamente. Falar do trabalho tem sido falar de sofrimento. A dimensão viva, potente e prazerosa do trabalho nem sempre pode ser acessada, nem sempre faz parte, nem sempre é pensada e viabilizada.

Os impactos das condições e da organização do trabalho sobre o psiquismo do trabalhador têm sido cada vez mais severos. Exigem do trabalhador a superação de seus limites. Muitas vezes lhe é pedido que “abra mão de si mesmo” em nome do trabalho. Como a competitividade e as exigências veladas estão acirradas, o medo tornou-se conselheiro e a escolha possível normalmente é a submissão a essa forma ultrapassada de organização do trabalho, muitas vezes perversa e antiética.

Não podemos tratar o sofrimento advindo do trabalho como algo corriqueiro, como algo inerente. Trabalhar pode e deve ser fonte de prazer e satisfação.

Por que os trabalhadores se submetem a situações contingenciais de trabalho? Então, talvez possamos construir uma tese sobre isso, se considerarmos que o investimento no trabalho presume uma devolução moral ao próprio trabalhador. Vejam bem, o trabalhador espera que se reconheça a qualidade de seu trabalho, espera um reconhecimento qualitativo pelo serviço que prestou. As pessoas trabalham por esse reconhecimento. Quando ocorre esse reconhecimento e o trabalhador pode se apropriar dele, ocorre também uma evolução, um desenvolvimento, um crescimento. A busca do crescimento, através do reconhecimento de seu trabalho pode ser um fator que motiva o trabalhador a permanecer em certas situações, inclusive situações limítrofes, ou pelo reconhecimento ou simplesmente para ser aceito, para não ser rechaçado ou excluído, para que de alguma forma sinta que pertença aquele grupo e em nome da sobrevivência sofre o impacto em sua emocionalidade.

O crescimento advindo do exercício do trabalho terá um papel em sua identidade, o trabalhador se identifica ou é identificado pela sociedade através do seu fazer, do seu ofício. Nesse exercício que envolve o pós-trabalho e a partir do reconhe-

cimento do outro, é que o trabalhador adquire uma dignidade que talvez não tivesse até aquele momento. Esse cenário de meras expectativas precisa ser alterado através da reflexão e de ações concretas que envolvam uma política de valorização profissional. O valor que um trabalhador possui não pode estar alienado na mão do outro, ele mesmo, o próprio trabalhador precisa se apropriar do valor que realmente tem para si mesmo e diante da sociedade.

Antes de discutirmos as estratégias de mudanças, gostaria de tecer uma análise da organização do trabalho no serviço público federal, possivelmente a junção desses fatores seja a responsável pelos impactos à saúde cada vez mais observáveis entre os trabalhadores. A redução do quantitativo de trabalhadores, a precariedade dos ambientes e equipamentos de trabalho, a rigidez hierárquica têm sido ônus presente no cotidiano dos trabalhadores no serviço público federal.

Ao organizar o trabalho me parece que a gestão não se dá conta da dimensão psíquica do trabalhador. Também não reflete sobre a construção de propostas efetivas que pensem tarefas, atividades que não incidam em sofrimento ou em excesso de carga mental de trabalho.

O conteúdo velado que compõe as relações de trabalho nas gestões verticais, tem se apresentado na forma de comportamentos baseados no cinismo, na desconfiança, na intolerância e na dor. Um contexto e um ambiente insustentáveis, deflagradores de muito sofrimento, geradores de patologias mentais, as quais crescem assustadoramente, acompanhadas, muitas vezes, de ideação suicida e níveis insuportáveis de sofrimento psíquico.

Outro efeito psíquico do trabalho ocorre na exigência e na complexidade da tarefa, induzindo o trabalhador a competir e a fazer um esforço maior para desempenhá-las, ou seja, o trabalhador se ocupa de suas atividades para além do tempo que permanece no local de trabalho, leva consigo suas incertezas, dúvidas e ansiedade gerados pela necessidade de dar conta daquela tarefa e ainda ser reconhecido por isso, ou, ao menos, não ser visto como alguém que prejudicou o grupo, como alguém que não conseguiu. Essas sensações e emoções permeiam, acompanham o trabalhador onde quer que esteja, adentra sua casa e contamina suas relações. As noites desses trabalhadores normalmente são povoadas de pensamentos recorrentes de demandas ainda não realizadas, a insônia é a real companheira de noites vividas em claro.

Garantir o trabalho, a permanência no cargo, a continuidade da gratificação, enfim, garantir a sobrevivência é tarefa que

toma um lugar de destaque na vida dos trabalhadores, os quais acabam por se alienar do que lhes é realmente essencial. Desse modo, o trabalhador também assume uma responsabilidade que é institucional, assume o ônus da falta de condições e da má organização do trabalho. “Rebate no peito” a dificuldade e fica com o ônus do sofrimento para permanecer em sofrimento.

O seu colega de trabalho nem sempre é confiável, o trabalhador não sente em seu colega um companheiro de trabalho, não sente que possa ser ajudado, a ajuda entre pares nem sempre acontece. É um lugar solitário, um lugar vazio, um lugar que gera dor, a dor do não pertencimento, a dor da infração ética, onde iguais competem para garantir um espaço no trabalho.

O interessante é que todos e todas sabemos disso, ao menos teoricamente, pouco duvidamos dessa realidade imposta e pouco acreditamos que possamos VIVER em situações realmente satisfatórias. Apenas continuamos a nos submeter a contextos bastante opressivos em nome de continuar sub existindo e pouco vivendo.

Agora sim, falemos das possibilidades de reação e mudança desse cenário que tem extirpado física e emocionalmente milhares de vidas ao logo do tempo. Primeiro precisa ficar evidente que todo ser humano possui um valor para além de sua capacidade de trabalho. Esse valor precisa aparecer na relação, precisa ficar claro socialmente. É necessário que se destitua a ideia de sobressalência, ou seja, se você não se submeter outro fará. Não, ninguém precisa nem deve

se submeter a ambientes, condições e situações precárias de trabalho. Sob essa égide, em que o trabalhador vale porque é humano e cidadão pleno de direitos, se tornar partícipe ativo da organização do seu trabalho é uma responsabilidade que precisa ser assumida com urgência. Se autovalorizar também presume a dispensa de comportamentos autoritários vindos da gestão. A aposta deve ser no respeito à maturidade e construção histórica de cada trabalhador.

A organização do local de trabalho presume a articulação dos e entre os trabalhadores em torno de temas e situações que lhes dizem respeito, que lhes provocam algum impacto ou que incitem alguma necessidade de melhoria. A identificação das necessidades do grupo e o encaminhamento das soluções pactuadas conjuntamente é o início de um belo exercício ético, coletivo. O trabalhador nesse contexto deixa de ser apenas mão de obra e passa a fazer parte do processo. Inicia sua participação pautada no protagonismo de mudanças e reorganização de SEU trabalho. Se transforma e transforma coletivamente o contexto em que está inserido. 🏡

O trabalhador vale porque é humano e cidadão pleno de direitos.

Gratificação de Desempenho/MS

Servidores aposentados e pensionistas filiados ao Sindprevs/SC e Sintrafesc compareceram à Justiça Federal no dia 28 de novembro para conhecer a proposta de acordo para pagamento dos processos individuais relativos à Gratificação de Desempenho (Gdpst). Esse acordo foi debatido em Assembleia Geral Estadual do Sindprevs/SC em novembro de 2013. Esse primeiro grupo é uma amostra dos processos já analisados e liberados pela Assessoria Jurídica do Sindprevs/SC. Essas ações estavam suspensas e a tramitação demoraria cerca de três anos, por tratarem de tema que diz respeito a ações ajuizadas em todo país por servidores públicos aposentados e pensionistas.

Há cerca de um ano, o escritório SLPG Advogados Associados, que assessora o Sindprevs/SC, negocia o acordo, aproveitando a vontade da AGU. Serão beneficiados sindicalizados do Ministério da Saúde que não se deixaram seduzir por escritórios particulares que realizaram acordos com até 30% de desconto no valor devido. Por isso, o Sindprevs/SC alerta aos filiados que procurem sempre a orientação do Departamento Jurídico antes de tomar qualquer decisão relativa a processo judicial.

Com essa intenção de acordo demonstrada pela AGU, a meta é sensibilizar a Procuradoria da União para que acordos semelhantes possam beneficiar também aposentados e pensionistas do INSS e Anvisa.

 Leia mais no site do Sindprevs/SC, em Jurídico

Plenária Sindical avaliou a conjuntura nacional

Conjuntura Nacional foi o tema de abertura da Plenária Sindical de Base do Sindprevs/SC, realizada dia 27 de novembro, no auditório da Fecesc, em Florianópolis. Segundo análise do economista, professor e vereador (Psol) de Florianópolis, Afrânio Boppré, estamos vivendo uma conjuntura de ascensão de valores conservadores. “Forças conservadoras estão tentando operar um *impeachment* sem o Congresso Nacional, se articulando e criando esse sentimento nas ruas. Isso também se reflete na composição do Congresso Nacional, em que a bancada conservadora ampliou sua força. E não temos um projeto consistente para nos contrapor”.

Afrânio afirmou que Dilma está montando seus ministérios sem incluir a sociedade e os movimentos sociais. O professor defendeu a urgência da realização de uma reforma política. “Os partidos negociam valores e alianças para ter mais tempo na TV, isso deve acabar.”

O palestrante avaliou como

positivo o questionamento do superávit primário, que o governo gaste menos recursos com o sistema financeiro e mais com a indústria e o investimento, mas alertou: “a oposição não quer que esse tema seja debatido no Congresso Nacional”.

“Estamos na defensiva e desmobilizados”, alertou Afrânio. “As OSs crescendo, privatizações e terceirização crescentes e o movimento social sem capacidade de apresentar uma pauta”. “Precisamos resgatar o sindicalismo com ação política, sair da visão corporativista, ampliar visões, são grandes desafios que temos pela frente. Temos que reconstruir o movimento sindical”, concluiu Afrânio.

Orçamento 2015

Os DBs e representantes dos aposentados presentes na Plenária Sindical de Base aprovaram o Plano Orçamentário Anual para 2015, elaborado pela Diretoria Executiva Colegiada, como determina o estatuto do Sindprevs/SC.

Afrânio Boppré fala na Plenária do Sindprevs/SC



 Leia matéria na íntegra e veja fotos no site do Sindprevs/SC, em Últimas Notícias e Galeria de fotos

Assembleia debateu os enfrentamentos de 2015

A Assembleia Geral Estadual do Sindprevs/SC realizada no dia 28 de novembro, encerrou o ano debatendo as condições, cada vez mais precárias, de trabalho dos servidores do Ministério da Saúde, Anvisa e INSS.

Os servidores da Anvisa do aeroporto Hercílio Luz em Florianópolis falaram que as condições de trabalho e a falta de estrutura pode piorar caso os servidores sejam alocados para uma nova sala, do lado da pista do aeroporto.

Com apoio do Sindprevs/SC e da Fenasps, foi encaminhada uma reunião em Brasília com a administração da Anvisa para tratar do assunto e denunciar as condições de trabalho dos servidores. Solidários à dor dos colegas, os demais participantes da Assembleia Geral aprovaram uma moção de apoio aos trabalhadores da Anvisa.

A realidade dos servidores do Ministério da Saúde e do INSS não é diferente. No INSS, agora há a ameaça da IN 74. A Assessoria Jurídica da Fenasps analisou a Instrução Normativa e o Sindprevs/SC encaminhou a análise para os Diretores de Base. Foi lembrado que em janeiro de 2015 deve cair a última parcela do reajuste de 15%, devido à conquista da greve dos SPFs, realizada em 2013, e que não há mais perspectivas de melhorias nos salários.

Os SPFs já realizaram um primeiro seminário unificado em novembro e outro está previsto

para o início de 2015 para fechar a pauta de reivindicações da Campanha Salarial. Nossa união e capacidade de organização serão as únicas armas para enfrentar as lutas que virão em 2015.

Na Assembleia foi levantada a necessidade dos Diretores de Base participarem dos comitês de avaliação da Gdass. Apesar de sermos contrários à avaliação de desempenho atrelada aos salários, se não participarmos dos comitês eles ficarão à mercê dos gestores ou de entidades pouco comprometidas com os trabalhadores.

Novo Conselho Fiscal

A Assembleia elegeu o novo Conselho Fiscal para a gestão 2014/2017. Foram eleitos os companheiros: Luiz Roberto Doneda, Ari José Becker e Marilda Lima. E como suplentes: Alvani Borges e Yolanda Medeiros.

Representante Estadual

A servidora aposentada Marina da Silva Lucas foi eleita Representante dos Aposentados e Pensionistas. Marina disse que fará todos os esforços para corresponder à confiança de ter sido eleita.

Representante de Rio do Sul

A Assembleia ainda referendou o nome da aposentada Melita Machado da Silva como representante dos aposentados e pensionistas de Rio do Sul.

Em 2015, seguiremos juntos na batalha. Boas lutas a todos!

Pecúlio em debate



Durante a Plenária Sindical de Base, os servidores foram informados sobre o processo de intervenção na Geap. O interventor admitiu que os conselheiros conseguiram manter a Geap a salvo de qualquer irregularidade. A intervenção no Geap Saúde já terminou e na Geap Previdência a intervenção está sendo finalizada. A Fenasps aparece em primeiro lugar na linha de sucessão para administrar o pecúlio, depois aparecem a Anasps e a Anapec.

Todos os peculistas serão chamados a participar do processo eleitoral para o Conselho do Geap Previdência. Nessa eleição, o governo não terá candidato pois todo o patrimônio do pecúlio é dos servidores. É importante que não ocorram fraudes nesse processo eleitoral, como ocorreu na eleição para os Conselhos do Geap Saúde, em que até o interventor admitiu a existência de irregularidades. Num ramo em que a disputa de mercado é cada vez mais acirrada, os peculistas precisam ficar atentos para um patrimônio de dois bilhões de reais.

O rateio dos valores do pecúlio requerido no processo judicial da Anasps, implica na perda dos 20% de honorários advocatícios. A liquidação proporcional implicará em grandes perdas, mas tudo está em discussão e será debatido em Plenária estatutária.



Leia mais no site do Sindprevs/SC, em Últimas Notícias, Todas as notícias



Assembleia e Plenária encerram 2014

Dias 27 e 28 de novembro, respectivamente, aconteceram a Plenária Sindical de Base e a Assembleia Estadual Geral do Sindprevs/SC, na sede da Fecesc em Florianópolis. Diretores de Base, Representantes dos Aposentados e Pensionistas e servidores do INSS, MS e Anvisa debateram os desafios e as propostas de luta para 2015.



Acima, mesa que coordenou a Plenária. Abaixo Assembleia Geral Estadual.



Veja mais imagens da Assembleia Estadual Geral e da Plenária Sindical de Base no site do Sindprevs/SC em: Galeria de Fotos

VENHA PARA O SINDICATO UM SINDICATO FORTE CONQUISTA MAIS!



Para filiar-se ao Sindprevs/SC:

- no sindprevs-sc.org.br, no Filie-se você encontra a Ficha de Filiação e a Autorização para desconto;
- imprima e preencha a Ficha e a Autorização com letras legíveis;
- envie a Ficha de Filiação, último contracheque e a Autorização para desconto

assinada para o Sindicato por malote ou correio, para o endereço:

Angelo La Porta, 85, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-600

- a documentação também poderá ser enviada digitalizada para o e-mail: filiacao@sindprevs-sc.org.br



RENOVAR O CUIDADO

Educar em vez de punir
Não à redução da maioria penal

RENOVAR A ESPERANÇA

Uma vida que não desiste,
em construir um mundo
bom e bonito

RENOVAR EXPERIÊNCIAS

Porque é preciso recordar,
comemorar, confraternizar,
compartilhar a vida

RENOVAR A FORMA DE VIVER

Uma vida mais fraterna,
mais solidária, mais coletiva

RENOVAR CONCEITOS

Por uma vida
sem homofobia
e preconceitos

2015

CONSTRUINDO
UM MUNDO NOVO
DESCONSTRUINDO
CONCEITOS

RENOVAR
UMR E AVANÇAR

SINDPREVS/SC
Filiado à Fintemps

RENOVAR A VISÃO SOBRE O NOVO E O ANTIGO

Valorizar quem
chega e quem
fez história

RENOVAR OS LAÇOS

Porque o amor deve
ser o laço mais forte

RENOVAR A FORMA DE TRABALHAR

Por uma vida sem assédio,
metas, pressão e
adocicimento

RENOVAR O OLHAR

Por uma vida digna e igual
para todos, sem preconceito
e discriminação

RENOVAR A VIDA

menos consumo,
mais mobilidade,
mais saúde.

A Agenda 2015
do Sindprevs/SC é
um presente para
acompanhar filiadas e
filiados todos os
dias do ano

RENOVAR AS PRÁTICAS

construir um mundo
sem violência contra
as mulheres